

Maia diz que Guedes precisa se aproximar mais dos políticos em negociação da Previdência

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

PEC da reforma da Previdência foi enviada pelo governo ao Congresso no mês passado. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, está aprendendo a fazer política, mas precisa se aproximar mais dos políticos nas negociações com o Congresso pela aprovação da reforma da Previdência, e cobrou um diálogo maior dos ministros em geral com os parlamentares. “O ministro Paulo Guedes tem aprendido rápido a fazer política, mas ainda precisa se aproximar mais da política”, disse Maia durante seminário sobre a reforma da Previdência, na Fundação Getulio Vargas. “Até hoje não conseguimos mostrar porque a necessidade é urgente de aprovar a reforma da Previdência.” Maia fez críticas ao ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, ao falar da demora no atendimento de um encontro com o futuro relator do Orçamento da União. “Os projetos precisam andar, avançar e os ministros precisam dialogar melhor com o Parlamento mostrando aonde vão estar os poucos investimentos que ainda tem em cada um dos Estados, para que eles possam levar a mensagem para a sociedade”, afirmou Maia a jornalistas. “Acho que tem que construir um diálogo melhor, mas nada contra ele, que é meu amigo. O futuro relator do Orçamento pediu uma audiência com o ministro da Infraestrutura há duas semanas, mas o ministro marcou para 27 de março. Aí fica difícil”, acrescentou Maia.

PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência foi enviada pelo governo ao Congresso no mês passado e agora deverá ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Em Washington, onde se encontra acompanhando o presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo está correndo para finalizar o projeto de mudanças nas aposentadorias dos militares para enviá-lo ao Congresso nesta quarta-feira, como prometido. O presidente da Câmara não quis fazer estimativas de quantos votos o governo já tem favoráveis à reforma, mas ainda considera “viável” a aprovação da PEC no primeiro semestre. “Estou muito confiante e o diálogo vem evoluindo com o presidente Bolsonaro... há boa vontade do presidente da República, do STF, do Congresso. A gente só não aprova uma reforma se a gente errar muito e acho que a gente não vai errar”, disse Maia a jornalistas. “Não vejo perda de apoio nenhum... política é diálogo, conversa e paciência. Acho que é o que a gente precisa ter”, acrescentou. Maia alertou que a inclusão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) na reforma e a discussão simultânea sobre a desvinculação do Orçamento da União podem atrapalhar a aprovação da PEC previdenciária. No caso do BPC, Maia afirmou que as mudanças apresentadas têm impacto fiscal irrelevante, mas atrapalham a comunicação do governo que tem defendido que a reforma da Previdência visa reduzir desigualdades e vai impactar mais os mais ricos do que os mais pobres. Já no caso da desvinculação, o presidente da Câmara acredita que a medida pode criar resistências desnecessárias em meio ao debate prioritário sobre a Nova Previdência. “Ela gera polêmicas no curto prazo que podem atrapalhar e contaminar. A desvinculação trata de temas que ninguém vai mexer e reduzir investimentos, mas vai mobilizar duas bancadas contra: Saúde e Educação... acho que deveríamos deixar o debate para um segundo momento”, avaliou Maia. O presidente da Câmara defendeu a aprovação de uma boa reforma da Previdência sob pena de o governo não ter mais no curto prazo recursos suficientes para investimentos sociais e para bancar as aposentadorias dos brasileiros. Não fazer a reforma, frisou Maia, condenará gerações futuras e pode levar o país de volta à era da hiperinflação. “Se o sistema quebrar, certamente vamos aumentar primeiramente nosso endividamento até o limite do mercado comprar títulos brasileiros e, num segundo momento quando não tiver mais capacidade de colocar títulos públicos no mercado vamos ter que emitir moeda”, avaliou Maia. “E ao emitir moeda a gente vai voltar para a hiperinflação e vai reduzir o valor real do salário de todos e dos próprios servidores públicos, mas de forma cruel, por que novamente os mais pobres é que vão pagar essa conta”, completou.

